

Abrindo novos
caminhos para
o gás natural.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2017

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

A TBG completou 20 anos de pioneirismo e desafios superados. Nossa história iniciou em 18 de abril de 1997, quando a empresa foi constituída, tendo o gás começado a ser transportado a partir de 1999. Em duas décadas, a companhia cresceu seguindo as melhores práticas de governança na gestão de seus recursos e apoiada por uma equipe de colaboradores altamente capacitada, que presta serviços com qualidade e respeito às suas partes interessadas.

Foi eleita uma das 500 maiores empresas do Brasil, segundo o Ranking da Revista Exame Melhores & Maiores de 2017. No segmento de transporte, está em 1º lugar em “Riqueza criada por Empregado”, 2ª mais rentável, 6ª melhor empresa e 10ª em liquidez corrente. Na classificação geral, é a 4ª Mais rentável e a 4ª no critério “Riqueza criada por Empregado”.

Após atravessar um período difícil com o ritmo lento da economia global, em 2017 o Brasil iniciou sua recuperação. O País apresenta sinais claros de crescimento do PIB, inflação controlada e juros em baixa, o que proporciona um ambiente positivo para a retomada dos investimentos, indicando que o ano de 2018 deverá ser ainda melhor.

A indústria de gás natural reúne as condições favoráveis e se apresenta com potencial de crescimento e desenvolvimento, com o gás se posicionando como importante elemento de transição para um mercado orientado pelo uso de “energias limpas”. Neste contexto, a TBG está pronta para contribuir com sua expertise para o amadurecimento do mercado de gás natural brasileiro.

Mensagem do Diretor-superintendente

O triunfo de uma empresa está diretamente ligado à sua capacidade de inovar, motivar a força de trabalho e ampliar seus conhecimentos. Transformar o aprendizado em novas tecnologias e processos de gestão eficientes torna-se tão importante quanto valorizar as pessoas que são protagonistas de nossa trajetória.

A história de sucesso da TBG só foi possível graças aos profissionais que estabeleceram uma cultura de comprometimento, profissionalismo, segurança, ética e respeito. Essa é a cultura TBG! A maturidade conquistada ao longo de 20 anos vem acompanhada de capacidade técnica, compromissos e metas arrojadas. O objetivo agora é atender às demandas do mercado em um setor que está se reinventando.

O pioneirismo faz parte da TBG e, até 2019, realizaremos a primeira Chamada Pública na qual serão disponibilizados ao mercado 18,08 milhões de m³/dia de capacidade de transporte de gás natural. Em 2017, a equipe técnica esteve dedicada à elaboração de documentos para esta oferta de capacidade e ainda participou ativamente, junto ao MME e à ANP, nas discussões sobre a nova legislação do gás natural no Brasil.

A excelência sempre esteve no radar da companhia, mantivemos a marca histórica de 3 anos e 282 dias sem acidentes com afastamento. A taxa de acidentados registráveis (TAR) manteve-se bem abaixo do limite máximo admissível, registrando o índice de 0,58. Além disso, nossa operação alcançou a marca de 99,5% de confiabilidade do sistema de compressão.

O ineditismo também esteve presente neste ano: a TBG foi a primeira transportadora de gás a ter a acreditação do Inmetro na ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, conferida ao Sistema de Gestão do Serviço de Calibração. Além disso, mantivemos e ampliamos a flexibilidade operacional do sistema de transporte com o recebimento médio de 6 milhões de m³/dia de gás processado em território nacional em 100 dias ao longo do ano.

A companhia manteve seu protagonismo e participação ativa na Iniciativa Gás para Crescer do Ministério de Minas e Energia (MME), para definição das mudanças no arcabouço legal e regulatório com participação nos subcomitês de Transporte, Tributário e de Processamento. Também patrocinou os três principais eventos do setor de gás natural no Brasil neste ano: “Fueling the Future, Energy for Growth”, 18º Seminário de Gás Natural e a Rio Pipeline.

Na futura Chamada Pública, processo previsto para ocorrer em 2019, para recontração da capacidade de transporte que estará então disponível, a TBG pretende ampliar e proporcionar o uso eficiente da sua rede de gasoduto com isonomia de acesso. Será uma oportunidade para aferir a demanda efetiva. Estima-se aumento no número de agentes de mercado e diversificação na carteira de clientes da empresa.

No cenário logístico, o mercado de gás brasileiro será suprido com importante parcela produzida em território nacional. Este, entre outros, será um instrumento de monetização das reservas do pré-sal e a atividade de transporte será um elo estratégico da cadeia neste setor.

Registro, por fim, meus agradecimentos e congratulações aos membros da administração, aos gestores e a todo o nosso time profissional. Para uma empresa altamente qualificada, inovadora e comprometida com resultados, os desafios do futuro são superados todos os dias.

Ricardo José Lourenço de Mello

Presidente do Conselho de Administração

Foi um ano positivo e desafiador, focamos na eficiência, gestão e iniciamos as atividades para o estabelecimento do Planejamento Estratégico TBG 2030. O workshop de “Gerenciamento, Fiscalização de Contratos e Conformidade” reforçou as diretrizes para gestão de contratos e política de conformidade. E para fortalecer a cultura de segurança na empresa com compromisso, responsabilidade e tolerância zero para desvios, todos os empregados concluíram o treinamento “As 10 Regras de Ouro de SMS”.

Em atendimento à legislação vigente e para se adequar às demandas do mercado, alteramos nossa estrutura organizacional com a criação de Gerência de Conformidade, Governança e Controles Internos, da Coordenação de Novos Negócios e Regulação, da Coordenação de Relacionamento com as Comunidades do Entorno, da Coordenação de Comunicação Institucional e a inclusão de Gestão de Riscos na Gerência de Estratégia, Planejamento e Riscos.

A TBG encerrou o ano de 2017 novamente com ótimos resultados econômico-financeiros e distribuiu o maior dividendo da sua história, correspondente à totalidade do lucro líquido apurado no exercício de 2016. Foi pago, entre os meses de abril e outubro, o montante de R\$ 847 milhões. O faturamento gerou uma receita de R\$ 1,63 bilhão. O Ebitda foi apurado em R\$ 1,06 bilhão, e o lucro líquido registrado foi de R\$ 542 milhões.

Agradeço a oportunidade de gerir os negócios da empresa, com a ajuda de uma equipe qualificada e dedicada. E assim espero continuar contando com o comprometimento de todos os colaboradores para prover soluções logísticas de gás natural com segurança, competitividade e rentabilidade, mantendo sempre o padrão desejado de atendimento às demandas do mercado.

O orgulho de fazer parte de um time vencedor motiva a superação de todos os desafios.

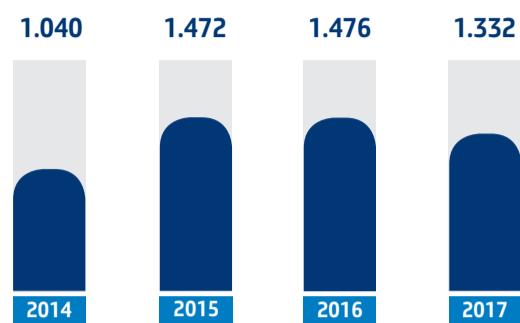
Renato de Andrade Costa

Diretor-superintendente

PRINCIPAIS RESULTADOS

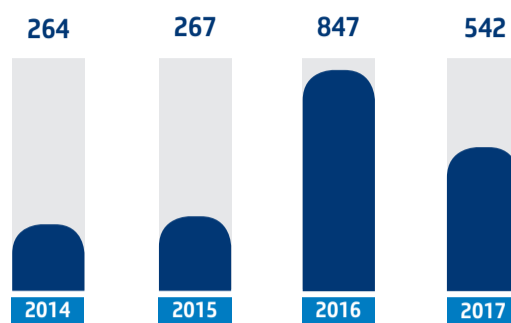
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ Milhões



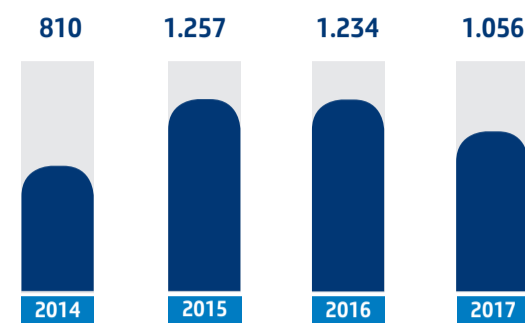
LUCRO LÍQUIDO

R\$ Milhões



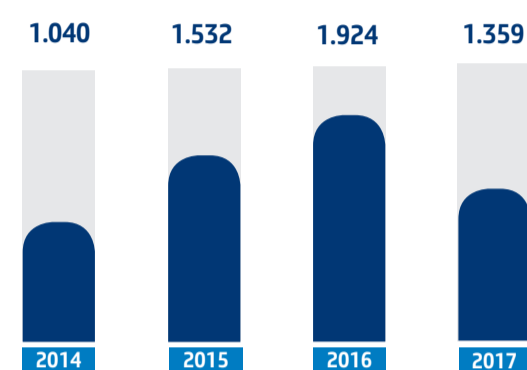
EBITDA

R\$ Milhões



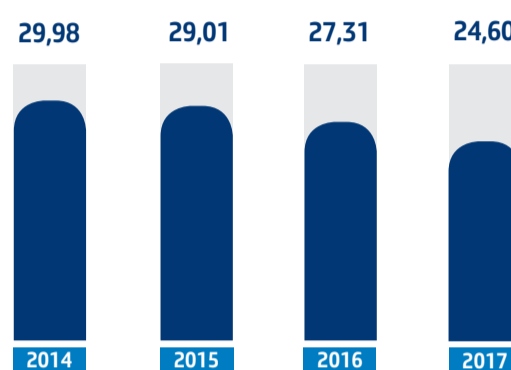
VALOR ADICIONADO

R\$ Milhões



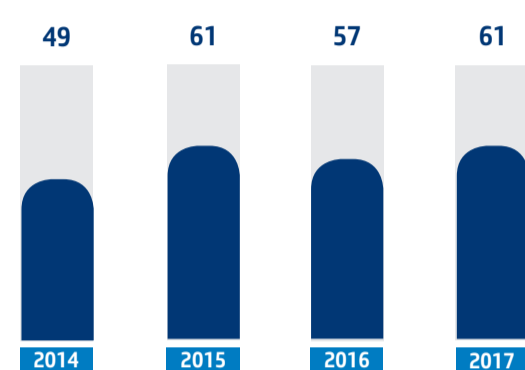
VOLUME MÉDIO TRANSPORTADO

MM m³/dia



INVESTIMENTOS

R\$ Milhões



RENTABILIDADE	2014	2015	2016	2017
Margem Bruta (Lucro bruto sobre Receita líquida) (%)	72	79	78	73
EBITDA sobre Receita Líquida (%)	78	85	84	79
Dívida Líquida sobre EBITDA	0,77	0,65	-0,30	0,00
Lucro sobre Patrimônio Líquido (%)	37	44	194	82
Dividendos Pagos - R\$ milhões	540	430	321	847

FINANCEIROS	2014	2015	2016	2017
Ativo imobilizado e intangível - R\$ milhões	2.317	2.214	2.096	1.977
Patrimônio líquido - R\$ milhões	602	436	659	512
Endividamento (vinculado ao dólar) - R\$ milhões	1.253	1.736	894	819
Estrutura de capital (capital de terceiros/passivo total) (%)	57	59	74	72

INDICADORES OPERACIONAIS	2014	2015	2016	2017
Falhas de Entrega	0	0	0	0
Atendimento Linha do Gás	574	526	450	315
Confiabilidade do Sistema de Compressão (%)	99,8	99,3	99,7	99,5
Manutenção Preventiva (%)	99,8	99,2	99,7	99,7
Nível de Satisfação dos Clientes (%)	99,7	99,7	98,5	99,4
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	1,16	0,00	0,65	0,58

RECURSOS HUMANOS	2014	2015	2016	2017
Quantidade de Empregados	290	292	297	296
Horas de Treinamento por empregado/ano	84	70	66	46
Receita Operacional Bruta por Empregado - R\$ milhões	4,4	6,0	6,3	5,5

A TBG

PERFIL

Quem Somos

● **Nossa história, vinte anos de conquistas e um futuro que começa todos os dias**

Tudo começou em 18 de abril de 1997, quando a TBG foi criada após a assinatura do contrato entre a Petrobras e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) para a compra e venda do gás natural. A empresa tornava-se proprietária e operadora do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Negociações entre os dois países para a compra e venda de petróleo e gás remontavam à década de 30 e a necessidade de um gasoduto era imperiosa. Transcorridas seis décadas de estudos técnicos, planejamentos e acordos, o projeto para sua construção foi aprovado, dentro do programa do Governo Federal "Brasil em Ação". Financiada por organismos nacionais e internacionais, em 1999 o sonho tornou-se realidade com a conclusão da obra. Aproximadamente 2 bilhões de dólares foram investidos e, nesse período, criados cerca de 25 mil empregos diretos e indiretos. Duzentos mil tubos de 12 metros de comprimento foram soldados e enterrados em diferentes tipos de relevo e solo, cruzando o centro-oeste, sudeste e sul do Brasil. No total, o gasoduto tem 2.593 quilômetros e passa por 136 municípios.

O Trecho Norte, que liga Corumbá (MS) à Paulínia (SP), entrou em operação em 1999, com duas Estações de Compressão e capacidade máxima de transporte de 18,08 milhões de m³/dia. Um ano mais tarde, foi inaugurado o Trecho Sul, compreendido entre Paulínia (SP) e Canoas (RS). Em pouco tempo, a empresa cumpriu o compromisso contratual com o principal carregador.

O ano de 2003 entrou para a história da TBG quando atingimos inicialmente 24 milhões de m³/dia e, em junho, a capacidade máxima prevista de 30,08 milhões de m³/dia. Nesse período, oito Estações de Compressão foram inauguradas e, há dois anos, passamos a transportar gás natural produzido e processado no Brasil.

Com uma estrutura enxuta e altamente qualificada, a TBG realiza a entrega de gás natural a sete distribuidoras locais que, juntas, atendem mais de 1,2 milhão de consumidores finais. A companhia também abastece termelétricas e refinarias ao longo do traçado do gasoduto, o que contribui de forma sustentável para a segurança energética nacional.

Em duas décadas, a empresa cresceu seguindo as melhores práticas na gestão de seus recursos, conduzida por uma força de trabalho que contribuiu, dia após dia, para a construção de uma das mais rentáveis e transparentes companhias brasileiras.

A TBG acumula experiência na implantação, operação e manutenção de dutos, estações de compressão e pontos de entrega, como também em sistemas de medição de gás natural. Esse conhecimento permite que a empresa atue na implantação de novos empreendimentos de transporte e movimentação de gás natural. O portfólio de soluções também inclui a prestação de serviços de operação e manutenção desses ativos, assim como a atuação técnica na área de engenharia básica e executiva.

Estrutura Societária

A TBG, sociedade anônima brasileira de capital fechado, tem a seguinte composição acionária:

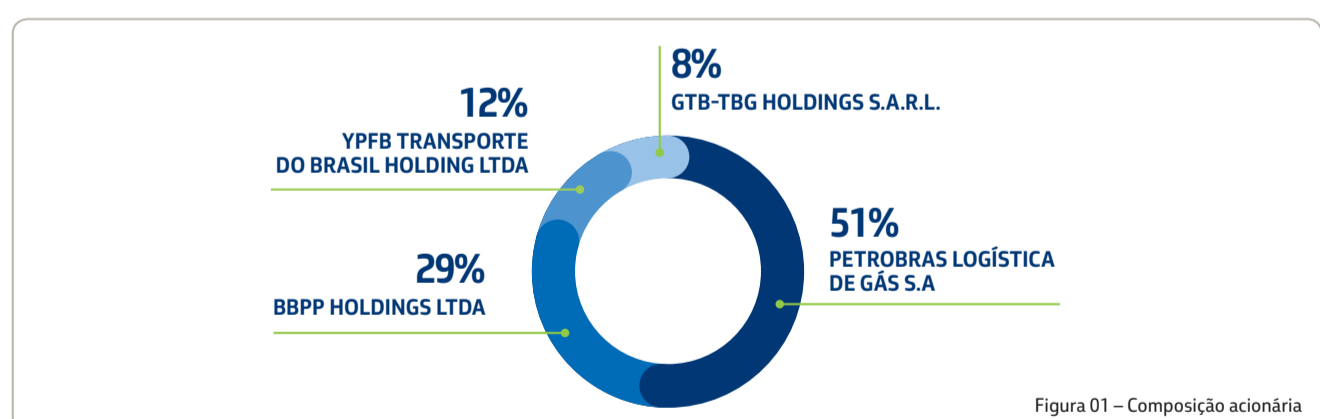


Figura 01 – Composição acionária

Nossa Atuação

Operamos remotamente 15 Estações de Compressão (Ecomps), 50 Pontos de Entrega (PEs), entre outras instalações de superfície que asseguram a operação contínua do nosso sistema de transporte.

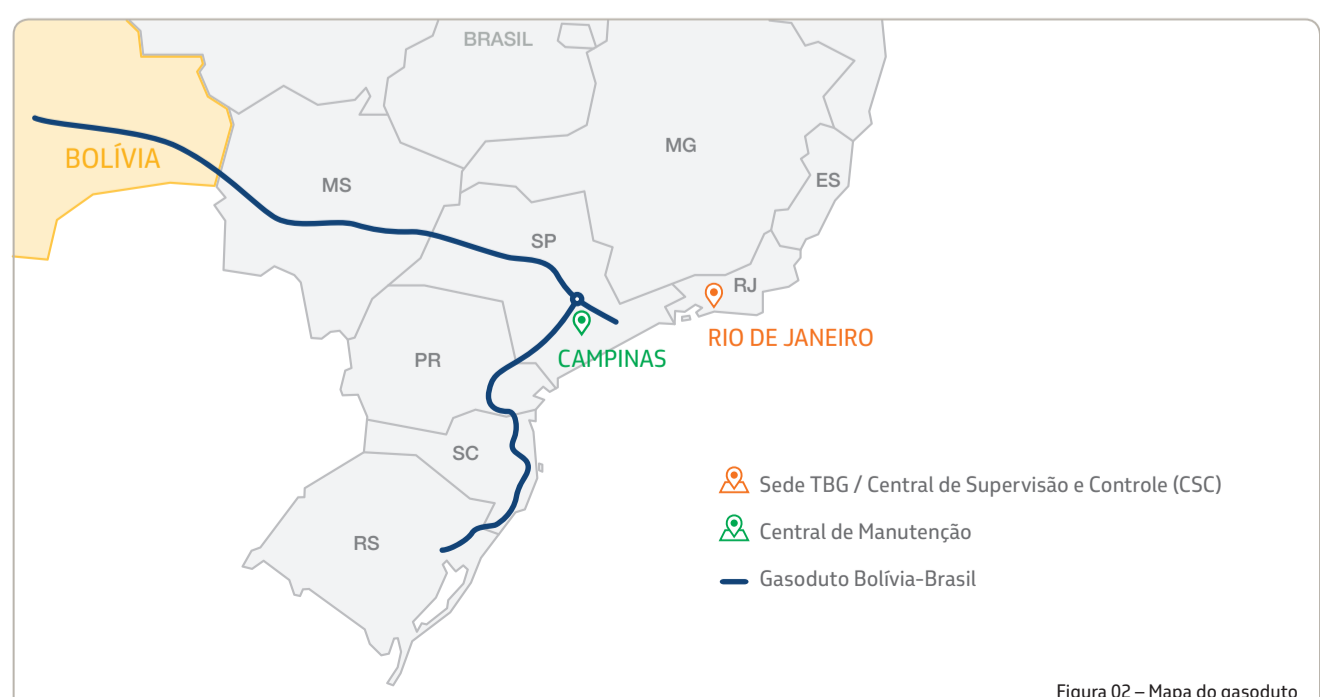


Figura 02 – Mapa do gasoduto

Nossa Central de Supervisão e Controle (CSC), localizada na sede da TBG no Rio de Janeiro (RJ), atua com profissionais que controlam a operação do gasoduto de forma remota. Estamos em prontidão 24 horas, todos os dias. Contamos com equipes técnicas que fazem inspeção e manutenção de todo gasoduto, incluindo a faixa de serviço e as instalações operacionais.

Operar, manter e implantar gasodutos de transporte com segurança, sustentabilidade, eficiência, agilidade e confiabilidade operacional são os parâmetros que norteiam a atuação da TBG. Um indicador de eficiência é a Pesquisa de Satisfação do Cliente, realizada anualmente para mensurar o desempenho da companhia no que se refere aos serviços prestados. Em 2017, o Nível de Satisfação do Cliente atingiu 99,4%.

A flexibilidade operacional de nossas instalações possibilita o transporte tanto do gás boliviano quanto do gás processado em território nacional através da inversão do fluxo na Estação de Medição do Gasoduto Campinas-Rio (Emed Gascar). Conheça nossos serviços:

LOGÍSTICA DE GÁS NATURAL NO GASODUTO

A infraestrutura logística da TBG pode ser acessada por meio da contratação dos serviços de transporte nas modalidades firme ou interruptível, ou ainda através da ampliação da infraestrutura atual.

SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MEDIÇÃO

A TBG oferece serviços de O&M para ativos de transporte e movimentação de gás natural. O Laboratório do Sistema de Gestão do Serviço de Calibração em Hortolândia (SP) é acreditado pelo Inmetro, conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, e pode ofertar serviços de calibração de malhas de temperatura e pressão.

CONSULTORIA E TREINAMENTO

A companhia também atua como prestadora de serviços de engenharia de dutos, executando e dando suporte a projetos conceituais, básicos e executivos para construção e ampliação de gasodutos e componentes como Ecomps e PEs.

LOGÍSTICA DE GÁS NATURAL EM NOVOS EMPREENDIMENTOS

A TBG busca identificar e avaliar a participação em licitações para novos gasodutos de transporte, bem como atuar nos empreendimentos sob o regime de autorização, seja de forma direta ou indireta por intermédio de parcerias estratégicas.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



A descrição completa dos valores pode ser encontrada no endereço de nosso portal: www.tbg.com.br, na seção: A TBG – Perfil – Identidade Organizacional.

Política de Gestão

● Alcançamos a marca inédita em certificações de sistemas de gestão

A TBG, atualmente, é a única transportadora de gás natural no Brasil que possui as certificações nas normas



Implantado na companhia desde 1999, o Sistema de Gestão Integrado (SGI) possui objetivos e metas que visam a melhoria contínua e o aprimoramento dos nossos processos com foco na qualidade, meio ambiente, segurança e saúde no trabalho.

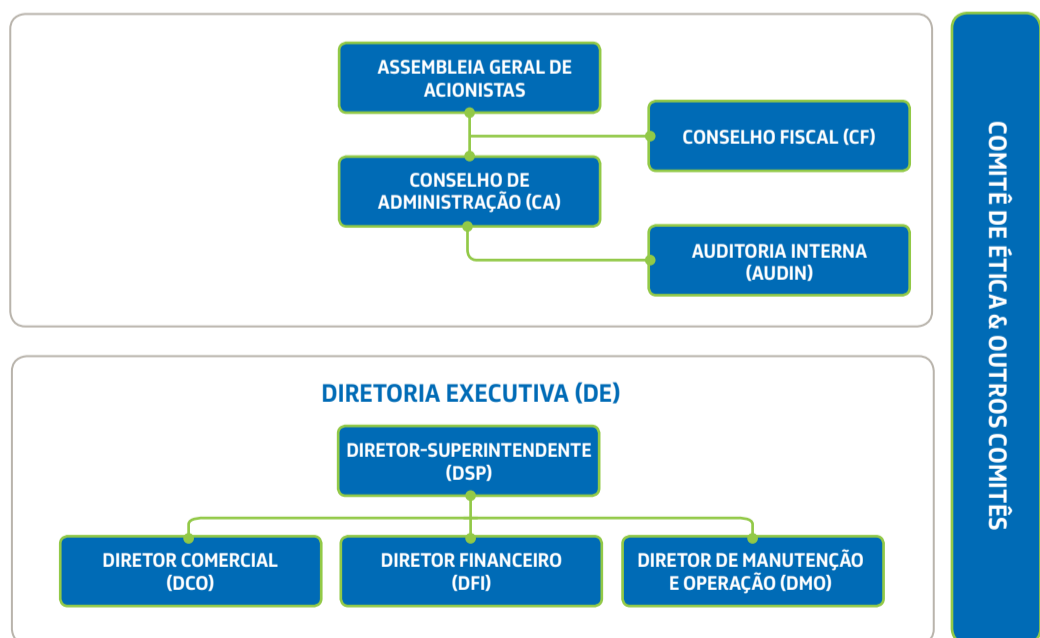
GOVERNANÇA CORPORATIVA

● Mecanismos que garantem nossa eficiência

A TBG aprimorou sua governança neste ano com a utilização de instrumentos norteados pelos princípios de confiabilidade, responsabilidade, transparência e ética, para assegurar as melhores práticas e agregar valor à gestão da companhia.

As diretrizes de Governança Corporativa estão listadas no Plano Básico de Organização, documento elaborado em consonância com o Estatuto Social da empresa.

A estrutura de Governança Corporativa tem os órgãos deliberativos e executivos atuando de forma integrada e coordenada, e suas atribuições seguem o que está definido na Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76) e no Estatuto Social da TBG.



A Auditoria Externa Independente é contratada para examinar as demonstrações contábeis da companhia ao final de cada exercício social. A aprovação das demonstrações é feita pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas (AGO). A cada cinco anos, a empresa contratada é substituída para garantir isonomia, independência e transparência ao processo de auditoria.

A TBG possui ainda comissões e comitês constituídos para assessorar a Diretoria Executiva na tomada de decisão em temas de relevância organizacional:

- Comitê de Ética;
- Comitê de Acompanhamento e Supervisão de Gerenciamento de Contratos (CASGC);
- Comitê de Gestão de Riscos Empresariais (CRISC);
- Comitê de Gestão de Suprimentos (CGS);
- Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional (CPDO);
- Comitê de Recursos Humanos;
- Comitê de Segurança Empresarial (COMSEG);
- Comitê de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (COMITI);
- Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE);
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

FATOS RELEVANTES

A CHAMADA PÚBLICA

● Oportunidade e desafios que colocam a TBG na vanguarda de um novo cenário

A Chamada Pública é um instrumento previsto na legislação (Lei nº 11.909/2009) e tem como finalidade a contratação de capacidade de transporte de gás em dutos existentes, a serem construídos ou ampliados. Estabelecida pela Resolução nº 11/2016 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), garante iguais condições aos interessados em contratar serviço de transporte de gás natural.

A oferta da capacidade de transporte que estará disponível no Gasoduto Bolívia-Brasil a partir de 2020 decorre do término de um dos contratos de transporte que a empresa possui com a Petrobras, denominado “Transportation Capacity Quantity” (TCQ Brasil).

Em três contratos que possuímos com a Petrobras atualmente, está firmado o transporte de 30,08 milhões de m³/dia de gás natural. Juntos, eles respondem por parcelas distintas de utilização da capacidade do gasoduto, bem como da geração de receita da TBG. O contrato TCQ Brasil totaliza 18,08 milhões de m³/dia. É esta capacidade que será ofertada através da Chamada Pública, em um processo transparente e aberto a todos os interessados.

Os compromissos firmados através dos atuais contratos foram realizados na modalidade de contratação postal. Isto significa que o contratante reserva-se o direito de injetar e retirar o gás com total flexibilidade nos pontos de recebimento e de entrega, limitados apenas à capacidade total contratada e/ou à capacidade técnica das instalações do gasoduto. Nesta forma de contratação não existe reserva de capacidade específica por trecho ou por ponto de recebimento e/ou de entrega. O quarto contrato, denominado CPAC 2007, por sua vez, estabelece o trajeto a ser percorrido pelo gás e relaciona os pontos de entrega a serem atendidos em cada área.

Conforme anunciado nos meios de comunicação, a Petrobras manifestou o interesse em reduzir sua participação na cadeia de gás natural, apoiando a adoção de um novo modelo de contratação, e a intenção de deixar de ser o supridor exclusivo do mercado brasileiro.

Com o novo cenário na indústria de gás natural e o aparecimento dos novos *players* no mercado, as associações e principais empresas atuantes sentiram a necessidade de discutir as alterações e modernizações na legislação. Nesse contexto, o Ministério de Minas e Energia (MME) criou um grupo de trabalho denominado “Iniciativa Gás para Crescer”. O grupo coordenado pelo MME contou com a participação da ANP, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), Associação Brasileira de Grandes Consumidores (ABRACE), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS), entre outros. A TBG participou ativamente nos subgrupos discutindo temas como transporte e estocagem, escoamento e processamento, e regras tributárias.

A “Iniciativa Gás para Crescer”, disponibilizada para consulta pública em 3 de outubro de 2016, estabeleceu como uma de suas diretrizes estratégicas a implantação do Sistema de Entrada-Saída para reserva de capacidade de transporte, bem como a implantação de sistema tarifário nesta modalidade no transporte de gás natural.

A TBG será a pioneira na implementação do modelo de entrada e saída no país, ao mesmo tempo em que assumirá novas funções de coordenação logística em um cenário com novos carregadores.

Devido ao contexto do mercado, o agente regulador (ANP) e o poder concedente (MME) vem impondo um ritmo acelerado para o aperfeiçoamento do arcabouço legal e infra legal rumo à implantação do modelo supracitado, nos moldes do processo implementado pelas sucessivas diretivas publicadas no mercado europeu para flexibilizar o mercado de gás.

Para tanto, através de um cronograma negociado e aprovado pela ANP, diversas áreas da TBG vêm trabalhando numa extensa agenda de atividades visando a cumprir tempestivamente os marcos previstos para a elaboração do Edital da Chamada Pública.

Dado o seu ineditismo, tais trabalhos envolvem a interação constante com a ANP sobre as novas regras a serem estabelecidas, que deverão ser aplicadas no Edital, nos novos contratos de transporte e nas definições das responsabilidades do “Transportador Operador”.

Além disso, a TBG tem contribuído ativamente, em conjunto com os demais transportadores e agentes de mercado, através do debate público da Nova Lei do Gás, no âmbito do substitutivo do Projeto de Lei nº 6.407/2013 em tramitação na Câmara dos Deputados, bem como se preparando para contribuir na discussão de seus possíveis desdobramentos no arcabouço infra legal.



A TBG 20 ANOS

● Pioneirismo e desafios fazem parte da nossa história

Para celebrar estas duas décadas de atuação no mercado de transporte de gás natural, foram desenvolvidas ações para reforçar o sentimento de orgulho e pertencimento dos que fazem parte da companhia. As ações foram pensadas para enaltecer a memória e trabalhar a ambiência da equipe TBG.

Somado ao momento de celebração, veio o dever de informar e envolver os empregados e colaboradores sobre as alterações na legislação do transporte de gás e sobre a Chamada Pública. Para isso, foram publicadas duas reportagens no TBGente, periódico interno da empresa, e produzido um vídeo ilustrativo. Com linguagem simples e direta, as ações mostraram o novo posicionamento comercial diante das mudanças que se avizinhavam. O material que produzimos realça alguns diferenciais da TBG, como flexibilidade, agilidade, pioneirismo, eficiência, excelência operacional, segurança, tecnologia, inovação, capacidade de execução, equipe técnica especializada, além de 18 anos de experiência na operação de gasoduto de transporte de grandes volumes e altas pressões.

CENÁRIO COMERCIAL E REGULATÓRIO

● Participação ativa no desenvolvimento do novo cenário do mercado de gás

As iniciativas do governo têm como finalidade trazer para o setor de gás novas diretrizes baseadas em práticas internacionais, atrair investimentos, aumentar a competitividade, ampliar o acesso à informação e angariar agentes interessados no processo. Alinhada com essa perspectiva de transformação, a TBG antecipou-se na construção da “ponte” para esse novo modelo de mercado com a modelagem do processo de Chamada Pública.

Dentro deste processo, foram desenvolvidas minutas dos novos contratos de serviço de transporte firme, na modalidade de contratação do tipo Entrada e Saída (E/S), a serem submetidas ao agente regulador para sua aprovação, visando a compor o Edital da Chamada Pública.

A TBG será a primeira transportadora no mercado nacional a implementar contratos de transporte desse tipo. Dado o ineditismo e a necessidade de estabelecimento de regras de convivência com os contratos anteriormente firmados, foram realizados estudos de *benchmarking* internacionais e análises. Rodadas de discussões técnicas com a ANP sobre as novas condições comerciais e respectivas cláusulas contratuais também têm sido realizadas.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

● Ineditismo e eficiência na operação e transporte de gás natural

A TBG foi a primeira transportadora dutoviária brasileira a conseguir a acreditação do Inmetro na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, conferida ao Laboratório do Sistema de Gestão do Serviço de Calibração, uma exigência da Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 001/2013 para que a TBG possa calibrar seus instrumentos secundários de transferência de custódia de gás natural.

Isto representa o reconhecimento formal de que o laboratório da companhia atende aos requisitos previamente definidos e é competente para realizar as atividades com precisão. A obtenção deste reconhecimento é fundamental para a empresa, pois a medição da transferência de custódia é a base para o faturamento do serviço de transporte.

Com isso, a TBG pode ofertar serviços de calibração no parque industrial nacional sem perder a qualidade e a rastreabilidade metrológica essenciais à obtenção de resultados de medição confiáveis.

A manutenção do gasoduto e prevenção de situações de risco estão sempre em foco na companhia. Em 2017, foram executadas obras geotécnicas para recomposição da integridade da faixa em dez localidades nos municípios de Novo Hamburgo e Gravataí, no Rio Grande do Sul.

Também foram concluídas as inspeções NR-13 das tubulações de todas as instalações da TBG e a inspeção interna do duto do trecho Norte (Corumbá/MS a Paulínia/SP) com *pigs* instrumentados. As atividades foram concluídas sem falhas e acidentes. Foi a terceira campanha de inspeção dessa natureza desde a sua construção. Em média, essas inspeções são realizadas a cada cinco anos e têm como objetivo avaliar a integridade do gasoduto de forma a garantir a continuidade operacional com confiabilidade e segurança.

Com a intenção de ser competitiva e crescer no mercado, a TBG vem aprimorando suas atividades. Em 2017, nossa equipe efetuou o alinhamento a laser do acoplamento de quatro turbinas e seus respectivos compressores, feito por equipe própria, sem a presença de representantes do fabricante. O ganho operacional deste tipo de atividade está na agilidade do atendimento e na disponibilidade para situações emergenciais visando a mitigar riscos e conceder maior autonomia à empresa.

Nos preparativos para o novo cenário do mercado de gás brasileiro, a companhia trabalhou em 2017 no projeto de implantação do novo sistema informatizado de funções avançadas e simulação termo-hidráulica. A conclusão está prevista para 2018 e a implementação está sendo elaborada por equipe própria e substituirá, com vantagens, o sistema atual, uma vez que agregará ao portfólio da empresa a prestação de serviços de consultoria e gerenciamento da rede.

Destacamos ainda o desenvolvimento do projeto da metodologia de avaliação de capacidade do sistema de transporte, que consiste na definição dos limites de movimentação do gasoduto, baseado em critérios que garantam a alta confiabilidade do serviço e em linha com as diretrizes do órgão regulador. Este projeto permite o atendimento às demandas do mercado e o cumprimento de suas obrigações contratuais.

NOSSA GENTE

● Aprimorar a qualificação dos profissionais é um desafio no nosso radar

O ano de 2017 marca o início do processo de Gestão do Conhecimento. O objetivo é o compartilhamento do conhecimento dos mais experientes aos mais novos, a disseminação, a consolidação e a multiplicação das habilidades e experiências dos profissionais da empresa.

A companhia realizou quatro Workshops sobre Gerenciamento, Fiscalização de Contratos e Conformidade, que contaram com a participação de 67% da força de trabalho. A base foi o Código de Ética da TBG e o Guia de Conduta do Sistema Petrobras. Estes eventos contaram com o patrocínio da Alta Administração e estão alinhados aos princípios e diretrizes da nossa Política de Recursos Humanos.

Implementamos o primeiro processo de sucessão gerencial, aberto para toda a força de trabalho e para os empregados da TBG cedidos a outras empresas do grupo. O processo contou com a participação de 17 empregados, foi amplamente divulgado e elogiado pela força de trabalho. A valorização dos empregados e a transparência foram destaques neste processo.

Permanecemos com o programa estágio para os níveis médio, técnico e superior. Em 2017, contamos com 29 estagiários. Além da experiência profissional adquirida na empresa, os jovens ainda tiveram a oportunidade de participar de oficinas sobre temas para capacitação profissional.

Nossa força de trabalho está estruturada da seguinte forma:

PERFIL DE EMPREGADOS EM 2017			
REGIÃO	SUDESTE	CENTRO-OESTE	SUL
	238	29	29
GÊNERO	HOMENS		MULHERES
	232		64

ESCOLARIDADE	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	PÓS GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
HOMENS	64	111	47	9	1
MULHERES	1	35	27	1	
TOTAL	65	146	74	10	1

Quadro 01 – Perfil dos empregados

	100%	DIRETORIA	-	
HOMENS	77%	GERÊNCIA	33%	MULHERES
	60%	COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO	40%	

Quadro 02 – Perfil dos gestores

CONFORMIDADE

● Diretrizes e princípios de conduta corporativa

A TBG deu continuidade às práticas de prevenção a atos irregulares e ilícitos, pautadas pela ética e transparência e em aderência à Lei Anticorrupção. Para tal, o Conselho de Administração aprovou a alteração na estrutura organizacional ampliando o escopo da Coordenação para Gerência de Conformidade, Governança e Controles Internos. A mudança tem como finalidade cumprir a Lei nº 13.303/2016 e seu Decreto nº 8.945/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a Resolução nº 18 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Nosso Programa de Prevenção da Corrupção (PPC-TBG) segue as prerrogativas da Lei nº 12.846/2013, conhecida como “Lei Anticorrupção” ou “Lei Empresa Limpa”, e seu regulamento, instituído pelo Decreto nº 8.420/2015. Em 2017, desenvolvemos atividades, visando ao aprimoramento dos três pilares do programa: “Prevenção, Detecção e Correção”.

Para prevenção, realizamos o Workshop de Gerenciamento, Fiscalização de Contratos e Conformidade, que ocorreu em cinco turmas no Rio de Janeiro e em Campinas, alcançando 100% dos empregados diretamente ligados à atividade e 100% dos gestores da empresa. Nesse módulo, reiteramos que assuntos como ética, retidão, transparência, responsabilização, valores e boas práticas são princípios básicos na TBG.

Como ação de detecção, a companhia fez uma divulgação detalhada do fluxo do Canal de Denúncia, disponível pelo número 0800 601 69 25, no Portal interno da TBG (intranet) e no site oficial (www.tb.com.br >> seção: Contato > Canal de Denúncia). Qualquer pessoa pode contribuir relatando atos que indiquem violação conhecida ou potencial transgressão de normas, leis e regulamentos, princípios éticos ou outras condutas impróprias.

Em janeiro foi criado o Comitê de Correição, cuja finalidade é definir, orientar e acompanhar a aplicação de sanções disciplinares em casos instaurados a partir de indícios de fraude ou corrupção na companhia, visando ao aprimoramento do controle, acompanhamento e, principalmente, da isonomia na aplicação das punições, contribuindo para o aperfeiçoamento do pilar de correção.

Além disso, implantamos o Sistema de Pareceres de Conformidade, que visa a dar suporte à tomada de decisão por meio da verificação das proposições relacionadas a processos licitatórios a serem apresentadas à Alta Administração frente aos aspectos vigentes de Conformidade.

GESTÃO DE RISCO

● É importante preservar a companhia

A TBG mantém constante aprimoramento e disseminação da cultura de Gestão de Riscos. Algumas iniciativas internas para a melhoria do processo podem ser destacadas aqui:

- Aprovação da Política de Gestão de Riscos Empresariais pelo Conselho de Administração e sua respectiva divulgação ao corpo funcional;
- Aprovação do apetite ao risco, que retrata os níveis que a TBG admite para a consecução de seus objetivos;
- Revisão periódica dos eventos de riscos resultando em atualização da Matriz de Riscos Empresariais;
- Elaboração e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos da TBG, com implementação prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2018.

Além das iniciativas apresentadas, que decorrem da necessidade de atendimento aos dispositivos legais vigentes, a saber: Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016, Resolução CGPAR nº 18/2016, que trata dos temas governança e gerenciamento de riscos e Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, ocorreu ainda uma adequação organizacional associada à execução dos processos de gestão de riscos. A partir de 2017, a atribuição pela Gestão de Riscos passou a ser de uma gerência vinculada diretamente ao diretor-superintendente da empresa.

INOVAÇÃO NOS PROCESSOS INTERNOS

MELHORIA CONTÍNUA EM SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS

Desenvolvemos uma nova metodologia de gestão de estoques visando à economicidade, redução dos itens e adequação dos valores. O Grupo de Trabalho de Sobressalentes elaborou um plano de ação para definir uma nova meta anual de estoque, que permita uma variabilidade e, quando atingido seus limites inferior e/ou superior, a companhia deve promover um plano de ação para readequação da posição.

Foram definidas quantidades mínimas necessárias em estoque, itens obsoletos e oportunidade de melhorias na gestão de sobressalentes, uma vez que a nova meta deve ser condizente com a necessidade da empresa.

Atualmente, o nosso processo de aquisição de suprimentos e contratação de bens e serviços é regido pelo Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A., aprovado pelo Decreto nº 2.745/1998, pelo Manual de Contratação da TBG (MCT) e pelos procedimentos internos.

Em atendimento à Lei nº 13.303/2016, trabalhamos em conjunto com a Petrobras para elaboração do “Regulamento do Processo Licitatório”, a contratação de um portal eletrônico de compras e a adequação dos padrões internos a esta nova legislação. Ao final de 2017 foi concluída a “Minuta do Regulamento do Processo Licitatório”.

TECNOLOGIA A SERVIÇO DA EFICIÊNCIA E DA EVOLUÇÃO

Atendendo à Resolução ANP nº 40/2016, desenvolvemos a Plataforma de Envio de Dados (PEDANP) para obter e enviar automaticamente dados operacionais, predeterminados pelo órgão regulador, provenientes do nosso sistema de supervisão e operação do gasoduto.

Em 2017, a área de infraestrutura das instalações implantou padrões e controles relativos ao Plano de Gerenciamento da Manutenção de Infraestrutura. As atividades em todos os períodos e regimes pelo plano foram cadastrados no sistema interno integrado e os procedimentos que estabelecem as principais diretrizes estão vigentes.

SEGURANÇA, SAÚDE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em outubro, aprovamos a Política de Diretrizes Corporativas integrando segurança, meio ambiente e saúde à nossa estratégia empresarial e, desta forma, reafirmamos nosso compromisso com todos empregados e contratados na busca de excelência na companhia.

SEGURANÇA

“Nada é tão urgente que não possa ser feito com segurança”. Esse é um princípio nosso permanente. A cultura de segurança nasceu com a empresa e hoje possui raízes sólidas.

Em 31 de dezembro de 2017, atingimos a marca histórica de 3 anos e 282 dias sem acidentes com afastamento. É o resultado de um trabalho permanente de capacitação, educação e conscientização da força de trabalho. A TBG orgulha-se desta marca e reforça a meta de zerar os acidentes em nossas instalações.

De forma constante, são feitas iniciativas que têm como essência a preservação de vidas. Em todas as escalas, os colaboradores e prestadores de serviço participam de treinamentos frequentes com foco no comportamento seguro e na conscientização para prevenção de acidentes.

Em 2017, pela primeira vez, os treinamentos de segurança foram ministrados integralmente por equipe própria. Os principais objetivos foram aproximar o conteúdo programático da realidade da companhia, otimizar o tempo e promover o ganho da conformidade, com a revisão e avaliação sobre atividades como permissão de trabalho em área classificada, reciclagem do treinamento em altura e segurança em espaço confinado, garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos na legislação e redução acentuada de custos associados aos treinamentos exigidos.

É prioridade para a TBG zelar pela segurança da força de trabalho e evitar que os profissionais deixem de ter o nível de atenção que devem manter permanentemente. A participação em treinamentos com foco em comportamento e conscientização tem como objetivo mitigar acidentes.

O treinamento das 10 Regras de Ouro de SMS foi um marco. Esta é uma ferramenta importante na mitigação de acidentes. A manutenção de um ambiente de trabalho seguro é um valor que deve ser sempre pretendido, especialmente quando a natureza da tarefa, como é o caso do transporte de gás natural, oferece riscos. Por esse motivo, foi implementado um treinamento on-line que, além de fortalecer a cultura de segurança na companhia, visa a comunicar a sua importância no dia a dia da empresa e o bem-estar dos trabalhadores.

O rigor na aplicação dessas regras é necessário porque não só evita acidentes como, muitas vezes, salva vidas. A TBG mantém conduta rígida em relação à segurança. O treinamento foi concluído com 100% de participação dos funcionários e está associado ao programa regular chamado Comportamento Seguro, reforçando os conceitos de segurança na companhia.

AS 10 REGRAS DE OURO DE SMS

A RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA É DE TODOS: LIDERANÇA, EMPREGADOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS

As Regras de Ouro estão alicerçadas em três conceitos fundamentais de segurança: o Compromisso com a Vida; a Responsabilidade de Linha, isto é, a responsabilidade pela manutenção dos padrões de segurança da Companhia não é apenas da gerência, mas de cada líder e empregado; e a Tolerância Zero para desvios de padrões, que devem ser eliminados imediatamente.

<p>PERMISSÃO PARA TRABALHO Somente trabalhe com Permissão para Trabalho válida, liberada no campo e de seu total entendimento.</p>	<p>POSICIONAMENTO SEGURO Não acesse área isolada. Nunca se posicione sob uma carga suspensa ou entre veículos parados ou em movimento. Mantenha-se sempre em locais seguros e protegidos.</p>
<p>ISOLAMENTO DE ENERGIAS Somente execute trabalhos em equipamentos ou instalações após se certificar de que todas as fontes de energia tenham sido isoladas de forma segura.</p>	<p>EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL Use sempre os EPI conforme recomendado.</p>
<p>TRABALHO EM ALTURA Somente execute trabalhos em altura com a utilização de cinto de segurança fixado em local seguro e previamente determinado.</p>	<p>ATENÇÃO ÀS MUDANÇAS Fique atento aos riscos das mudanças. Somente realize qualquer mudança que envolva pessoas, instalações, materiais ou procedimentos após análise e autorização.</p>
<p>ESPAÇO CONFINADO Só entre em espaço confinado se autorizado, equipado e com treinamento específico.</p>	<p>SEGURANÇA NO TRÂNSITO Respeite as leis de trânsito e pratique direção defensiva. Use o cinto de segurança, respeite os limites de velocidade, não use celular e, se beber, não dirija.</p>
<p>ATMOSFERAS EXPLOSIVAS Nunca entre em local com atmosfera explosiva. Obedeça, sempre, aos alarmes e à sinalização.</p>	<p>ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS Nunca trabalhe sob efeito de álcool ou outras drogas.</p>

Figura 06 – As Regras de Ouro de SMS

A TBG mantém ainda os programas Comportamento Seguro, Direção Segura, Células de Segurança e Reporte e realiza exercícios de segurança anualmente com treinamentos em sala de aula e simulados de campo nas suas instalações, com a participação da comunidade local e de entidades externas como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Defesa Civil. O objetivo é treinar na sistemática de tratamento de emergências, acerca de responsabilidades, procedimentos, envolvimento de pessoal e materiais necessários.

Reforçando o tema, a Companhia está empenhada em manter ações para prevenção de incidentes relacionados à segurança das instalações. Tais medidas abarcam, dentre outras, a ampliação do monitoramento da faixa do gasoduto e das instalações.

Existe também o Plano de Resposta a Emergências, que descreve ações que são fundamentais para a segurança das operações e para o processo contínuo de melhorias na companhia. A emergência exige a interrupção imediata das rotinas normais de operação e adoção de medidas corretivas ou preventivas para minimizar os danos causados pelo evento.

Periodicamente, nossos padrões de segurança e planos emergenciais são revisados após uma criteriosa análise.

SAÚDE

Zelar pela saúde e bem-estar de seus empregados também é um compromisso da TBG. Existe uma equipe dedicada a desenvolver e acompanhar iniciativas voltadas para este tema. Campanhas de conscientização representam uma atuação relevante da área de saúde ocupacional que também visam, entre outros, à redução do absenteísmo da empresa que, aferido pelo Percentual de Tempo Perdido, em 2017 ficou em 1%, ou seja, abaixo do limite máximo admissível da companhia, que é de 2,26%.

Em maio de 2017, foi realizada a palestra sobre a febre amarela, com o objetivo de esclarecer e reforçar os cuidados básicos. Na época, o país vivenciou o maior surto de febre amarela das últimas décadas e a palestra orientou sobre precauções e cuidados para evitar a infecção.

Adicionalmente, a companhia disponibiliza o programa de apoio “Entre Amigos”, que auxilia os funcionários e seus dependentes na resolução de problemas pessoais. O programa conta com uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos, advogados, especialistas em finanças, entre outros, e atendeu 77 pessoas em 2017.

Além disso, a empresa mantém, em caráter preventivo e obrigatório, o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), conforme determina o Ministério do Trabalho.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Meio ambiente – O IBAMA realizou vistoria em determinadas faixas do gasoduto localizadas em Ribeirão Preto (SP), Ibitinga (SP); Campinas (SP) e na região próxima à Curitiba (PR). O procedimento foi necessário para que o órgão definisse diretrizes para obras em determinadas áreas de preservação ambiental. O órgão destacou, entre outros, que as soluções implementadas pela empresa foram eficientes e adequadas, o bom estado de manutenção da faixa de servidão com excelentes condições de revegetação e as áreas das instalações periféricas vistoriadas com zero não conformidades, não havendo, portanto, danos adjacentes à faixa.

Sociedade/Relacionamento com as Comunidades – A TBG sempre zelou pela segurança das comunidades próximas ao gasoduto. De forma permanente, elas são informadas sobre os impactos e/ou riscos eventualmente decorrentes de suas atividades. Foi mantido o diálogo que tem como objetivo a plena segurança das pessoas, do meio ambiente e das nossas instalações.

COMUNICAÇÃO

Com a criação do serviço **Linha do Gás**, em 1998, estabelecemos um importante canal de relacionamento com as comunidades que vivem no entorno da faixa de servidão, tornando-se uma ferramenta de integridade e proteção do gasoduto, consolidando, todos os dias, a confiança e a parceria construídas pela TBG com a população. A ligação é gratuita, inclusive por celular, número 0800 026 0400, e o serviço está disponível 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados.

Diversas demandas podem ser esclarecidas por meio deste canal: o que pode ser feito na faixa de servidão; solicitação da visita de um técnico caso seja preciso realizar atividade próxima ao gasoduto; informar-se sobre possíveis incidentes ou anormalidades em qualquer instalação da companhia, inclusive os causados por ação da natureza; efetuar uma denúncia sobre intervenção indevida ou solicitar explicações sobre o gasoduto e a TBG. Em caso de necessidade de obra ou reforma, em até 48 horas um técnico especializado vai ao local avaliar os riscos e orientar sobre a melhor forma de realizar o trabalho com segurança. No caso de denúncias de ações de terceiros, não é necessário se identificar.

Seguindo o princípio da transparência pública e em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 de Acesso à Informação, nós prestamos contas à sociedade por meio do Portal de Acesso à Informação.

Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Petrobras – Nosso site oficial possui o ícone “Acesso à Informação”, que abre o portal, em conjunto com a Petrobras, para que as solicitações possam ser encaminhadas.

Para outras demandas não relacionadas anteriormente, a TBG também pode ser acessada pelo canal:

Fale conosco – Canal digital disponível no site oficial da TBG no endereço: www.tb.com.br. Podem ser enviadas dúvidas, sugestões e/ou críticas. O formulário para preenchimento está disponível no site 24 horas por dia. As demandas serão encaminhadas internamente para tratamento.

RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração de valor adicionado (DVA) apresenta informações de natureza econômica e social e a avaliação das atividades da TBG no segmento de transporte dutoviário de gás natural.

De forma resumida, apresentamos abaixo os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em 2017 e sua respectiva distribuição. As atividades de transporte de gás natural, operação e manutenção do gasoduto e gestão econômico-financeira da companhia geraram R\$ 1,4 bilhão de riqueza adicionada à sociedade.

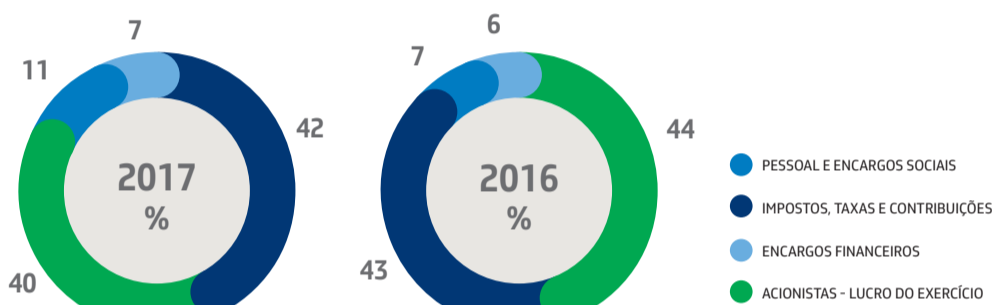


Gráfico 01 – Distribuição do Valor 2017 – 2016

TBG - DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (R\$ milhões)		
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2017	2016
Receitas operacionais	1.629	1.864
Insumos de terceiros	(125)	(112)
Retenções (depreciação)	(182)	(174)
Receitas financeiras	37	346
Valor adicionado total	1.359	1.924

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2017	2016
Pessoal - inclui encargos sociais	152	131
Governo - impostos e contribuições	576	823
Encargos financeiros	89	123
Acionistas - lucro do exercício	542	847
Valor adicionado distribuído	1.359	1.924

Quadro 03 – Distribuição do Valor Adicionado 2017 – 2016

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O ano de 2017 foi marcado pelo início da retomada econômica brasileira após dois anos de retração, com a inflação e a taxa básica de juros registrando quedas significativas e a criação de vagas de emprego. A taxa de juros Selic encerrou o ano em 7% a.a. e o índice de inflação oficial (IPCA) apresentou uma variação positiva de 2,95%, inferior ao piso da meta do governo (3%) e abaixo do IPCA apurado em 2016 (6,29%). No mercado cambial, o dólar encerrou o ano cotado a R\$ 3,3080, representando uma alta de 1,50% em relação ao fechamento do ano anterior.

A TBG distribuiu o maior dividendo da sua história. Foram pagos aos acionistas, entre os meses de abril e outubro de 2017, o montante de R\$ 846,8 milhões em valor principal que, corrigidos pela variação da taxa Selic, totalizaram R\$ 885,9 milhões em valores brutos nominais.

O pagamento de dividendos aos acionistas teve início em 2007. Dez anos após a concepção do projeto, foram pagos aproximadamente R\$ 3,9 bilhões em valores brutos nominais. Vinte anos após nossa fundação, a companhia registra novo recorde.

Veja a trajetória de dividendos da Companhia na linha do tempo abaixo:



Dividendos Pagos (com Selic) – R\$ milhões

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
176	153	233	191	187	281	389	581	466	336	886	3.878

Quadro 04 – Histórico de Dividendos Pagos (Valores brutos nominais)

A amortização da dívida subordinada (realizada ao final de 2016), que passou de US\$ 192,4 milhões para US\$ 52,4 milhões (valor principal), proporcionou uma redução nas despesas com juros na ordem de US\$ 21,0 milhões em 2017.

As aplicações financeiras geraram uma receita financeira de R\$ 39,1 milhões e rentabilidade bruta de 11,04%, atingindo 99,28% do índice de referência do fundo (IRFM-1). O saldo da dívida com terceiros, em 31 de dezembro de 2017, totalizou US\$ 17,3 milhões na comparação com R\$ 37,4 milhões em 2016.

Além destas obrigações financeiras, existe o contrato “*Transportation Capacity Option*” (TCO Brasil), com saldo remanescente de US\$ 176,9 milhões em dezembro de 2017 (ante US\$ 183,8 milhões em dezembro de 2016) a ser pago pela TBG com a prestação de serviços de transporte até 2041.

PERSPECTIVAS

A TBG estende seu olhar para o futuro: novo cenário, novos desafios, novos objetivos

A TBG iniciou uma história de sucesso, pioneirismo, excelência e muitos desafios superados. Em duas décadas, a companhia cresceu seguindo as melhores práticas na gestão de seus recursos, conduzida por uma força de trabalho que atuou ativamente para transformar a empresa em referência no transporte de gás natural.

Diante de um cenário de mudanças regulatórias no segmento onde atua, a TBG segue sua trajetória com indicadores operacionais e financeiros robustos, posicionamento estratégico sólido e um grupo de colaboradores qualificados.

Vamos continuar fortalecendo os controles internos e a governança, assegurando a transparência e eficácia na gestão de acordo com as melhores práticas internacionais.

O mercado energético brasileiro enseja que o gás natural seja um combustível de transição para uma matriz limpa e confiável no longo prazo.

Como pioneira no transporte de gás natural em grandes volumes, a TBG não apenas tem consciência do seu papel no redesenho do modelo do mercado no Brasil, como está credenciada a contribuir efetivamente neste cenário. A potencial entrada de novos participantes na função Carregador e o novo modelo de contratação que entrará em vigor com a Chamada Pública traz grandes desafios.

A companhia está preparada para as oportunidades e as dificuldades trazidas pelas mudanças no contexto de negócios e segue seu pioneirismo num mercado ainda em transição. Vamos atuar diante do novo sistema de contratação de entrada e saída, na execução de atividades operacionais e comerciais complexas e com potencial para ampliação do negócio da empresa.

Com a nossa experiência acumulada, temos a missão de prover soluções logísticas com segurança, competitividade e rentabilidade. Seremos, mais uma vez, os pioneiros e os protagonistas da história do gás natural no Brasil.

O futuro começa todo dia!

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhões de reais)

ATIVO	NOTA	2017	2016	PASSIVO	NOTA	2017	2016
		Reapresentado nota 2.2					
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22	45	Fornecedores		44	45
Títulos e valores mobiliários	5	206	607	Provisão para imposto de renda e contribuição social	10	127	351
Aplicações financeiras vinculadas	6	6	6	Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	8(a)	181	325
Contas a receber:				Empréstimos subordinados dos demais acionistas	8(b)	86	-
Sistema Petrobras	8(a)	117	204	Financiamentos de agências multilaterais de crédito	9	57	66
Tributos antecipados		98	199	Dividendos	11(c)	271	424
Demais ativos circulantes		14	12	Outras contas a pagar		55	73
Total do ativo circulante		463	1.073	Total do passivo circulante		821	1.284
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	8(a)	759	903
Depósitos judiciais		2	2	Empréstimos subordinados dos demais acionistas	8(b)	-	84
		2	2	Financiamentos de agências multilaterais de crédito	9	-	56
Imobilizado	7	1.915	2.040	Obrigações atuariais	20	57	53
Estoque de sobressalentes		49	47	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10(a)	291	132
Total do Imobilizado		1.964	2.087	Total do passivo não circulante		1.107	1.228
Intangível - softwares		11	9				
Total do ativo não circulante		1.977	2.098	Patrimônio líquido	11		
				Capital social		203	203
Total do ativo		2.440	3.171	Reservas de lucros		41	41
				Ajustes de avaliação patrimonial		(3)	(8)
				Dividendos adicionais propostos		271	423
				Total do patrimônio líquido		512	659
				Total do Passivo		2.440	3.171

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais			Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais			Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais		
	2017	2016		2017	2016		2017	2016
Receita operacional líquida (Nota 12)	1.332	1.476						
Custo dos serviços prestados								
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(176)	(169)						
Custo de operação e manutenção (Nota 13)	(183)	(159)						
Total do custo dos serviços prestados	(359)	(328)						
Lucro bruto	973	1.148						
Despesas gerais e administrativas (Nota 14)	(97)	(88)						
Lucro operacional	876	1.060						
Despesas financeiras (Nota 15)	(74)	(123)						
Receitas financeiras (Nota 6)	37	69						
Varição cambial de passivos (Nota 16)	(15)	277						
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(52)	223						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	824	1.283						
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10(c))	(279)	(436)						
Lucro antes das participações de empregados	545	847						
Participações dos empregados	(3)	-						
Lucro líquido do exercício	542	847						
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.								
			Atividades operacionais					
			Lucro líquido do exercício	542	847			
			Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais					
			Depreciação do gasoduto (Nota 7)	176	167			
			Depreciação/Amortização de outros itens imobilizado e intangível	6	7			
			Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, não realizados	84	(149)			
			Imposto de renda e contribuição social diferidos	152	83			
			Variáveis em ativos e passivos					
			Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários	401	(607)			
			Redução (aumento) de contas a receber	87	250			
			Adiantamentos recebidos da Petrobras	(65)	(67)			
			Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	(144)	197			
			Redução (aumento) nos demais ativos	97	67			
			Aumento (redução) de fornecedores e demais passivos de curto prazo	(320)	292			
				474	240			
			Caixa gerado nas operações	1.016	1.087			
			Atividades operacionais					
			Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	(12)	(56)			
			Pagamento de juros aos demais acionistas	(11)	(54)			
			Pagamento de juros sobre dividendos	(39)	(15)			
			Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(4)	(8)			
				(66)	(133)			
			Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	950	954			
			Atividades de financiamento					
			Amortização do principal da Dívida Subordinada da Logigás	-	(234)			
			Amortização do principal da Dívida Subordinada aos Demais acionistas	-	(225)			
			Dividendos pagos	(847)	(321)			
			Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(67)	(72)			
			Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(914)	(852)			
			Atividades de investimento					
			Adições ao imobilizado	(59)	(57)			
			Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(59)	(57)			
			Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(23)	45			
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45	-			
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22	45			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.								

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais		
	2017	2016
Lucro líquido	542	847
Outros resultados abrangentes:		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Perdas atuariais - Plano de Pensão e AMS	5	(13)
Resultado abrangente total	547	834
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhões de reais						
	Capital social	Reserva de lucros Legal	Outros resultados abrangentes	Dividendo Adicional Proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	203	41	5	187	-	436
Autorização da AGO 28/04/16 para pagamento de dividendos	-	-	-	(187)	-	(187)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	847	847
Reavaliação atuarial	-	-	(13)	-	-	(13)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 11 (c))	-	-	-	-	(424)	(424)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	423	(423)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	203	41	(8)	423	-	659
Autorização da AGO 20/04/17 para pagamento de dividendos	-	-	-	(423)	-	(423)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	542	542
Reavaliação atuarial	-	-	5	-	-	5
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 11 (c))	-	-	-	-	(271)	(271)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	271	(271)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	203	41	(3)	271	-	512
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. ("TBG" ou "Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997, que tem a Petrobras Logística de Gás S.A. - LOGIGÁS como acionista controladora desde 10 de dezembro de 2015. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro - RJ e uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas - SP.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, de sua propriedade, em território brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica, que também estão contempladas no objeto social da Companhia.

Proprietária e operadora do Gasoduto Bolívia-Brasil, em território brasileiro, a TBG dispõe de capacidade instalada para transportar ininterruptamente até 30,08 milhões de metros cúbicos por dia, ao longo de 2.593 quilômetros de dutos. O trajeto do empreendimento, que passa por 136 municípios, tem início em Corumbá (MS), estende-se pelos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e termina em Canoas, no Rio Grande do Sul.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000.

Os recursos financeiros para a construção do gasoduto advêm de empréstimos subordinados dos acionistas (Nota 8 (b)) e de financiamentos de agências de crédito (Nota 9).

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes obrigam-se a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

(i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) - para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019. A capacidade referente a este contrato será oferecida ao mercado por chamada pública, em consonância com a Portaria nº 472/2017 do MME e as Resoluções nº 15/2014 e nº 11/2016 da ANP. A capacidade de transporte disponível a partir de 2020 será ofertada por concurso aberto aos carregadores interessados. A Companhia está em tratativas com a ANP e a expectativa é de que até o final de 2018 o Edital de Chamada Pública seja publicado.

(ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) - para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.

(iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) - para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.

(iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade - CPAC 2007 - para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

Os Contratos ora vigentes estão estabelecidos com o cliente Petrobras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP),

que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2018.

2.2 Reapresentação das demonstrações contábeis

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados nestas demonstrações contábeis para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em função do ajuste explicado a seguir:

A Companhia reclassificou parte da conta Caixa e equivalentes de caixa para a conta Títulos e valores mobiliários, referente a investimentos no fundo extramercado FAE 2 do Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2016, conforme requerido pelo CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, em função da avaliação de não atendimento integral dos critérios de caixa e equivalente de caixa pela análise da composição da carteira de investimentos de cada fundo, e da representatividade do investimento da entidade em relação ao patrimônio total do fundo, além da dispersão/quantidade de outros cotistas.

As tabelas a seguir resumem os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do fluxo de caixa da Companhia:

BALANÇO PATRIMONIAL

	31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Caixa equivalente de caixa	652	(607)	45
Títulos e valores mobiliários	-	607	607
Total do ativo	3.171	-	3.171
Total do passivo	1.228	-	1.228
Patrimônio líquido	659	-	659
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.171	-	3.171

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Redução (aumento) de Títulos e valores mobiliários	-	(607)	(607)
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	1.561	(607)	954
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(852)	-	(852)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(57)	-	(57)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	652	(607)	45
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	652	(607)	45

Esse ajuste não gerou impacto nas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

2.4 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

2.5 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem os rendimentos ou encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.7 Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Caixa e equivalentes de caixa,
- Títulos e valores mobiliários,
- Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos,
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

2.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revistos, pelo menos, a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é avaliado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

2.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

- Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Gasoduto	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Com base nas projeções do modelo econômico da Companhia, que incluem a expectativa de novo contrato para a capacidade a ser ofertada a partir de 2020, conforme descrito na nota 1 de contexto operacional, não foi identificada necessidade de provisões para perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*).

2.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os benefícios atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria complementar, e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente. As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

2.12 Empréstimos e financiamentos

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

2.13 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente com o patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido no final do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação

de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da puração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

2.14 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas adotadas no Brasil.

2.15 Novas normas e interpretações - Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS International Financial Reporting Standards, tal como emitidas pelo IASB International Accounting Standards Board. A seguir, são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2017, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	IFRS 15 - <i>Revenue from Contracts with Customers</i>	1º de janeiro de 2018
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	1º de janeiro de 2018
ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento	IFRIC 22 - <i>Foreign Currency Transactions and Advance Consideration</i>	1º de janeiro de 2018
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - <i>Leases</i>	1º de janeiro de 2019

a. IFRS 9 - Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, entra em vigor o pronunciamento International Financial Reporting Standard 9 - Financial Instruments (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A companhia não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

Perda no valor recuperável (*Impairment*)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39, que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A companhia aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não apurou qualquer perda de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

Contabilidade de hedge

As relações de hedge de fluxo de caixa das exportações futuras altamente prováveis para fins de IAS 39 serão consideradas como relações de proteções contínuas na adoção do IFRS 9, uma vez que também se qualificam para contabilização de hedge de acordo com o novo pronunciamento.

O IFRS 9 não altera os princípios gerais para contabilização do hedge de fluxo de caixa, entretanto, ao mensurar a inefetividade do hedge, torna requerida a consideração do valor do dinheiro no tempo. Esse novo requerimento, contido no IFRS 9, pode causar alguma inefetividade em determinadas relações de hedge de fluxo de caixa das exportações futuras altamente prováveis, o que reduzirá o montante de variação cambial que a companhia poderá reconhecer no patrimônio líquido em um dado período.

Exceto pelos requerimentos adicionais de divulgação, a companhia não espera reconhecer impactos da adoção dos novos requerimentos de contabilidade de hedge em 1º de janeiro de 2018.

b. IFRS 15 - Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento International Financial Reporting Standard 15 - Revenue from Contracts with Customers (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substituiu uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 - Revenue.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

Os requerimentos do IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Especificamente o novo pronunciamento traz um modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento: (i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A companhia pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

c. IFRIC 22 - Foreign Currency Transactions and Advance Consideration

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC Interpretation 22 - Foreign Currency Transactions and Advance Consideration (IFRIC 22), emitido pelo IASB.

O IFRIC 22 aplica-se à transação em moeda estrangeira (ou parte dela) que resulta no reconhecimento de ativo não monetário ou passivo não monetário, decorrente de pagamento ou recebimento antecipado (adiantamento), antes que seja reconhecido o ativo, a despesa ou a receita relacionada ao adiantamento. O IFRIC 22 esclarece que a data da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do ativo, da despesa ou da receita relacionada ao adiantamento é a mesma utilizada no reconhecimento inicial do adiantamento.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 22, a companhia pretende aplicar os requerimentos prospectivamente a partir da sua entrada em vigor, o que poderá implicar na alteração da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial de determinados passivos.

d. IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 - Operating Leases - Incentives; e SIC-27 - Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
 - Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 - Agriculture mantidos por arrendatário;
 - Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da IFRIC 12 - Service Concession Arrangements;
 - Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e
 - Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 - Intangible Assets para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.
- Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado a IAS 17. A TBG não prevê impactos em suas demonstrações contábeis pela observância do IFRS 16.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (nota 7).

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (nota 17).

c. Plano de previdência complementar

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido esteve suspensa de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições na forma contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016 Reapresentado nota 2.2
Aplicações financeiras	22	45
	<u>22</u>	<u>45</u>

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 111 % do CDI no exercício, com vencimento inferior a 90 dias.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016 Reapresentado nota 2.2
Aplicações financeiras	206	607
	<u>206</u>	<u>607</u>

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa disponíveis para venda, que apresentaram valorização média de 111 % do CDI no exercício.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	2017	2016
Vinculados ao serviço da dívida	6	6
	<u>6</u>	<u>6</u>

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. para garantir o pagamento do serviço da dívida de curto prazo em moeda estrangeira. Em 2017 apresentou rentabilidade de 11,1% equivalente a 105% do CDI.

As receitas financeiras estão assim demonstradas:

	2017	2016
Receita nas aplicações de renda fixa	37	68
Operações a termo	-	1
	<u>37</u>	<u>69</u>

7 IMOBILIZADO

	Tempo estimado de vida útil (anos)	2017		2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.493	(2.615)	1.878	1.976
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	11	(6)	5	5
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	5	(5)	-	1
Máquinas e equipamentos Operacionais	10	21	(19)	2	2
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	14	(11)	3	3
Equipamentos e instalações de comunicação	5	6	(5)	1	1
Imobilizado em andamento (ii)		26	-	26	52
		<u>4.576</u>	<u>(2.661)</u>	<u>1.915</u>	<u>2.040</u>

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui melhorias operacionais no gasoduto.

	Gasoduto Bolívia Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis, instalações e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.122	22	3	10	2.157
Adições	-	56	-	-	56
Transferências	21	(26)	2	1	(2)
Depreciação	(167)	-	(2)	(2)	(171)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.976	52	3	9	2.040
Adições	-	53	-	1	54
Transferências	78	(79)	-	1	-
Depreciação	(176)	-	(1)	(2)	(179)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.878	26	2	9	1.915

8 PARTES RELACIONADAS

a. Sistema Petrobras

	2017			2016		
	Petrobras	Logigás	Total	Petrobras	Logigás	Total
Ativo circulante						
Contas a receber	117	-	117	204	-	204
	<u>117</u>	<u>-</u>	<u>117</u>	<u>204</u>	<u>-</u>	<u>204</u>
Passivo circulante						
Contas a pagar	-	2	2	-	-	-
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	35	-	35	271	-	271
Adiantamentos de clientes (ii)	54	-	54	54	-	54
Empréstimos subordinados - Nota 8(b)	-	90	90	-	-	-
	<u>89</u>	<u>92</u>	<u>181</u>	<u>325</u>	<u>-</u>	<u>325</u>
Passivo não circulante						
Adiantamentos de clientes (ii)	759	-	759	816	-	816
Empréstimos subordinados - Nota 8(b)	-	-	-	-	87	87
	<u>759</u>	<u>-</u>	<u>759</u>	<u>816</u>	<u>87</u>	<u>903</u>
Resultado do exercício:						
Receita bruta de serviços prestados - Nota 12	1.629	-	1.629	1.864	-	1.864
Despesas financeiras - Nota 15	-	(33)	(33)	-	(58)	(58)
Variações cambiais - Nota 16	(8)	(1)	(9)	122	62	184

(i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, que será compensado na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2017 foi apurado o montante de R\$ 35 milhões a ser devolvido, via redução da tarifa, no ano de 2018 (em 2016 foi apurado o montante de R\$ 271 milhões, a ser devolvido em 2017 via redução da tarifa).

(ii) Adiantamentos de clientes

Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado conforme a prestação de serviços de transporte pelo período de 40 anos, desde 2001.

Inclui o pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, desde outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados conforme a prestação de serviço de transporte, após o término de cada obra.

Inclui também o pré-pagamento do aluguel de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

b. Operações com acionistas

Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a compor o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos aportados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15%a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito. Em 2016 foi autorizado pelos detentores das dívidas sênior a amortização de US\$ 140 milhões dos empréstimos subordinados, resultando um saldo remanescente de US\$ 52 milhões que serão liquidados em dezembro de 2018.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, incluindo o principal e os juros, são:

	2017	2016
Passivo circulante		
Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (Nota 8 (a))	90	-
BBPP Holdings Ltda.	51	-
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	21	-
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	14	-
Total dos demais acionistas	86	-
Passivo não circulante		
Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (Nota 8 (a))	-	87
BBPP Holdings Ltda.	-	50
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	-	20
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	-	14
Total dos demais acionistas	-	84

Em 2017 as despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados foram de R\$ 25 e a correção dos dividendos pela SELIC foi de R\$ 39.

	2017	2016
Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (Nota 8(a))	33	58
BBPP Holdings Ltda.	19	33
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	7	13
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	5	9
Total dos demais acionistas	31	55

c. Remuneração de pessoal (em reais)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes da TBG, relativas ao mês de dezembro de 2017 e 2016 foram as seguintes:

	2017	2016
Remuneração por empregado:		
Maior remuneração	49.183,36	45.301,06
Remuneração média	19.554,19	18.815,99
Menor remuneração	5.538,78	5.512,51
Remuneração de dirigente (maior)	73.324,96	67.537,04

9 FINANCIAMENTOS DE AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para informações sobre risco de taxa de juros e moeda estrangeira, veja Nota 18 (b) - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

Em novembro e dezembro de 1998, foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2017	2016
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	47	92
Banco Europeu de Investimento (BEI)	10	30
	57	122
(-) Passivo circulante	(57)	(66)
Passivo não circulante	-	56

Vencimentos do valor nominal do principal e juros dos financiamentos até o vencimento

	2017	2016
6 meses ou menos	34	35
6 a 12 meses	23	35
1-2 anos	-	58
	<u>57</u>	<u>128</u>

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal do Brasil (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Pe-

trobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG compromete-se a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR (variável determinada pelo IADB rate do BID), que em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,58%, mais spread de 1,35% a.a. totalizando 2,93% a.a. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001 e o vencimento da última parcela será em 15 de dezembro de 2018.

Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (*EIB internal rate*), fixada em 7,09% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999 e o vencimento da última parcela será em 15 de junho de 2018. Os contratos apresentam as seguintes cláusulas restritivas ("covenant"):

(i) O Mutuário não poderá, sem autorização prévia do Banco, assumir novas obrigações financeiras distintas das contempladas no esquema de financiamento para a execução do projeto e cujos prazos de vencimento sejam maiores de um ano, se como consequência desse novo endividamento a relação entre a geração interna de recursos e os serviços de suas dívidas, compreendendo o pagamento do principal, juros, comissões e outros encargos, for inferior a 1,5 vezes;

(ii) O Mutuário compromete-se a adotar as medidas necessárias para que a relação entre a dívida privilegiada (*senior debt*) de longo prazo (excluída a porção dessa dívida com vencimento no ano em curso), e a soma do patrimônio líquido com o passivo total não seja superior a 67%.

Para os anos de 2017 e 2016, a Companhia cumpriu com estas obrigações.

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem:

	2017	2016
Passivo:		
Depreciação fiscal do gasoduto	371	280
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	24	43
Provisão para devolução de tarifa	(12)	(92)
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	(75)	(79)
Outras exclusões temporárias	(19)	(19)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	289	133
IRPJ e CSLL diferidos em outros resultados abrangentes	2	(1)
	291	132

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos e após participação dos empregados	821	1.283
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(279)	(436)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	(279)	(436)
Corrente	(127)	(351)
Diferido	(152)	(85)

(c) Provisão para imposto de renda e contribuição social:

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	279	436
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	(4)	(149)
Provisões temporárias	(76)	38
Depreciação fiscal do gasoduto	(91)	(93)
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	19	59
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	127	(351)

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 12% - YPF B Transporte do Brasil Holding Ltda.; e
- 8% - GTB - TBG Holdings S.À. R. L..

b. Reservas de lucros
Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido, que em 2017 corresponde a R\$ 271. A proposta de dividendos encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 542, composta pela destinação remanescente do lucro do exercício, registrados no patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	542	847
Dividendos propostos	542	847
Sendo:		
Dividendo a pagar - passivo circulante	271	424
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido	271	423
Dividendo a pagar passivo circulante - R\$ por ação	1,33	2,08
Dividendo adicional proposto patrimônio líquido - R\$ por ação	1,33	2,08

12 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receita bruta de serviços prestados (Nota 8(a))	1.629	1.864
Tributos incidentes sobre faturamento	(297)	(388)
Receita operacional líquida	1.332	1.476

13 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2017	2016
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	85	75
Manutenção, conservação e reparos	42	30
Aluguel	18	15
Consumo de material	12	9
Utilização de sistemas de comunicação	3	2
Serviço de apoio operacional e outros	17	20
Despesas de viagens	2	2
Consumo de energia	4	6
	183	159

14 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Pessoal	60	57
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	6	5
Despesas com imóveis	4	6
Despesas com equipamentos, mobília e instalação	6	1
Despesas com serviços contratados	14	12
Despesas de viagens	1	1
Despesas de comunicação e gerais	6	6
	97	88

15 DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Fornecedores	6	1
Empréstimos e financiamentos	4	8
Empresas do Sistema Petrobras (nota 8 (b))	33	58
Empréstimo subordinado - demais acionistas	12	49
Juros sobre dividendos - demais acionistas	19	7
	74	123

16 VARIAÇÃO CAMBIAL DE PASSIVOS

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	5	(33)
Empresas do Sistema Petrobras	9	(184)
Empréstimo subordinado - demais acionistas	1	(60)
	15	(277)

17 CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações. Os processos com prognóstico de perda provável foram provisionados e estão incluídos no passivo circulante, em fornecedores, devido ao vínculo com contratos de fornecimento de serviços. Em 2017, montam R\$ 3 (R\$ 3 em 2016). Alguns processos foram classificados como sendo de risco de perda possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

Contingências passivas

- Uma empreiteira contratada para obras do projeto Confiabilidade pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 223 (R\$ 204 em 2016). Por outro lado, a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da empreiteira ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 149 (R\$ 137 em 2016).

- Pleito de indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG, atualizado, é de R\$ 100 (R\$ 88 em 2016).

- Pleito de ressarcimento, no valor de R\$ 25 (R\$ 22 em 2016), por supostos prejuízos e custos adicionais decorrentes do contrato de prestação de serviços para a construção da ECOMP de Capão Bonito, SP.

- A TBG consta como polo passivo de diversas ações trabalhistas, na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando valor de exposição máxima de R\$ 3 (R\$ 5 em 2016).

- Multas e sanções de atos administrativos R\$ 16.

- Pleitos de natureza indenizatória, diversos autores R\$ 17.

- Contribuições previdenciárias decorrentes de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 3 (R\$ 3 em 2016).

- Pedidos de ressarcimento ou restituição de IRPJ e II R\$ 6.

Contingência ativa - Não contabilizada

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou, em agosto de 2008, Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 28 de outubro de 2016, foi publicada decisão sobre o sobrestamento do Mandado de Segurança até o pronunciamento definitivo do STF no recurso extraordinário nº 574.706/PR, interposto pela União Federal, face a existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos do Mandado de Segurança. Em 13 de dezembro de 2017, foi publicada a decisão que determinou remessa dos autos para o TRF da 2ª Região, para associar os presentes autos ao paradigma RE 574.706/PR, tendo em vista que o STF reconheceu a repercussão geral da questão constitucional versada nos autos, cujo Acórdão foi publicado em 2 de outubro de 2017.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	Nota	2017	2016	Reapresentado nota 2.2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	22		45
Títulos e valores mobiliários	5	206		607
Aplicações financeiras vinculadas	6	6		6
Contas a receber	8 (a)	117		204
Passivos				
Fornecedores		45		46
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	8(a)	940		1.228
Empréstimos e financiamentos	9	57		122

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Banco do Brasil S.A. (notas 4 e 5), o que faz com que este risco seja reduzido.

Não há risco de crédito em relação ao único cliente, Petrobras, que, nos dezenove anos de operação da Companhia, sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas 8 e 9.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2017 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, com instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano, no montante de R\$ 233 (R\$ 293 em 2016).

Os adiantamentos recebidos da Petrobras (Nota 8), cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 813 (R\$ 870 em 2016), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável representa o saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017, e que os cenários possível e remoto representam o efeito decorrente da variação na cotação da taxa cambial, de 25% e 50%, respectivamente:

	Cenários		
	Provável (saldo)	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	233	58	116

Conforme mencionado na Nota 8(i), as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

c. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros no balanço da Companhia, por faixas de vencimento, corresponsáveis ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017			
Fornecedores e outras obrigações	46	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	181	65	260
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	86	-	-
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	57	-	-
	370	65	260
Em 31 de dezembro de 2016			
Fornecedores e outras obrigações	45	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	351	167	201
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	13	96	-
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	66	56	-
	475	319	201

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da Companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

	2017	2016
Total com taxas fixas	186	631
Total com taxas variáveis	47	92
	233	723

e. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de Recebíveis de ativos financeiros, empréstimos e recebíveis, financiamentos, fornecedores e contas a pagar a empresas do sistema Petrobras estão mensurados ao custo amortizado e os saldos de títulos e valores mobiliários são mensurados a valor justo por meio de resultado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

19 COBERTURA DE SEGURO

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhões de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização	US\$ milhões
Danos materiais	11.291		180
Perda de receita bruta	134		134
Responsabilidade civil	250		250

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

20 Obrigações atuariais

	2017	2016
Plano de previdência complementar	15	13
Plano de saúde - AMS	42	40
	57	53

Previdência complementar

Todos os empregados da Companhia são participantes do plano Petros 2, estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2017 é de 43 anos.

Plano de saúde AMS - Benefício pós-emprego

Desde 2014, os empregados da Companhia migraram para o plano de saúde AMS - Assistência Multidisciplinar de Saúde, mantido pela Petrobras. O plano é administrado pela própria companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de uma maior consumo de saúde. Nesse sentido, a companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal predefinida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia, que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2017, é de 29 anos.

Movimentação das Obrigações Atuariais

	2017			2016		
	Petros 2	AMS	Total	Petros 2	AMS	Total
Obrigações atuariais no início do exercício	13	40	53	2	27	29
Custos reconhecidos no resultado	3	9	12	1	7	8
Outros resultados abrangentes - ORA	(1)	(7)	(8)	10	6	16
Obrigações atuariais no final do exercício	15	42	57	13	40	53

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. -TBG
Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASES

Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a totalidade das operações de prestação de serviço relacionadas ao transporte de gás é realizada com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 7 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparada origi-

nalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 16 de março de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial e demonstração de fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre tais demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório da Administração 2017 e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da KPMG Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2017, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da empresa propõe a distribuição de dividendos no valor R\$ 541.713.298,02 (quinhentos e quarenta e um milhões, setecentos e treze mil, duzentos e noventa e oito reais e dois centavos) provenientes da destinação integral do resultado do exercício de 2016. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 270.856.649,01 (duzentos e setenta milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e um centavo), correspondente à 50% do lucro líquido (art 27, II do Estatuto Social da TBG). Além disso, a Administração da empresa está propondo à Assembleia Geral Ordinária, o dividendo adicional de R\$ 270.856.649,01 (duzentos e setenta milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e um centavo), remanescente do lucro do exercício.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

Rodolfo de Souza Gomes

Júlio César Gonçalves Corrêa

Eduardo Poggi da Rocha

ADMINISTRAÇÃO

Ricardo José Lourenço de Mello
Presidente do Conselho de Administração

Rogério Santana da Silva Conselheiro	Nilson Jaques Cytryn Conselheiro
Marcel Takeshi Abe Conselheiro	Cleyton Domingues de Moura Conselheiro
Marisa Celina Basualdo Conselheira	Marco Antônio Oliveira Conselheiro
Carlos Eduardo Ibañez Rodriguez Conselheiro	
Renato de Andrade Costa Diretor-Superintendente	
Marcelo Curto Saavedra Diretor de Manutenção e Operação	Jorge Roberto Abraão Hijjar Diretor Comercial
Jorge José Nahas Neto Diretor Financeiro	
Robson Nunes Ribeiro Gerente de Controladoria	Ricardo Souza de Holanda Contador CRC-RJ-040722/O-2